



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE LEI nº. 028/95

Data: 01 de setembro de 1995

Súmula: **Autoriza o Poder Executivo Municipal de Campo Largo a conceder direito real de uso de bem imóvel a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, conforme especifica.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título gratuito, por prazo indeterminado, direito real de uso a **ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS**, entidade educacional religiosa, inscrita no CGC/MF sob nº. 76.497.338/0001-62 e no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério de Educação e de Desportos sob o nº. 82.990/55, com sede na Rua Alferes Poli, 140, em Curitiba - PR, de uma "área de terreno urbano, da Planta de Loteamento "Jardim Carmela", situada na "Colônia Mendes de Sá", quarteirão Passo, nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, a qual mede 139,60m de frente para os lotes nº. 86, 104, 105, 106 e para as Ruas "E" e "F", do lado esquerdo mede 45,50m e limita com terras de Aleixo Gogola, do lado direito mede 54,70m e limita com Idelfonso Puppi, nos fundos mede 133,50m e confina com a Indústria Cerâmica Paraná S/A; perfazendo a área superficial de 6.668,25m<sup>2</sup> (seis mil, seiscentos e sessenta e oito metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias", de propriedade do Município, devidamente matriculada sob nº. 20.399, Livro nº. 2-RG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

ESTADO DO PARANÁ

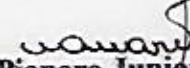
Art. 2º. - A presente concessão de direito real de uso é considerada de relevante interesse público, nos termos do artigo 26, da Lei Orgânica do Município, e está condicionada à edificação e implantação de oficina para crianças deficientes e demais dependências da "Escola Especial Bom Jesus da Aldeia".

Parágrafo Único - Parágrafo Único - As edificações tratadas no caput deste artigo deverão iniciar-se dentro do prazo de 2 (dois) anos a contar da assinatura da escritura pública, devendo estar concluídas no máximo em 3 (três) anos, sob pena de reversão automática ao patrimônio do Município, sem que remanesça à concessionária qualquer direito de indenização ou de retenção pelas benfeitorias realizadas.

Art. 3º. - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a isentar a concessionária da obrigação de recolher ao Erário Público, os tributos incidentes sobre as transações em referência, bem como, do pagamento de taxas, ISS da construção, encargos e emolumentos pertinentes à aprovação final dos projetos arquitetônicos relacionados às construções mencionadas nesta Lei.

Art. 4º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo,  
em 01 de setembro de 1995.

  
**Emidio Pianaro Junior**  
Prefeito Municipal